O dilema da Social-Democracia (2)

Reforma e Revolução: Bernstein, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky*

Antonio Ozaí da Silva**

Engels morreu em 05 de agosto de 1895. No ano seguinte, Bernstein iniciou a publicação de vários artigos na *Neue Zeit* que contestavam e propunham a revisão do marxismo. Bernstein retomou os argumentos de Vollmar e rebateu seus críticos afirmando que estes apegavam-se de forma dogmática e empírica às teorias que, escritas há cerca de 50 anos, não correspondiam mais à realidade. Ele afirmou que, embora o partido continuasse defendendo estas teses, sua prática as negava, isto é, ele deixara de ser revolucionário, no sentido da *Liga dos Comunistas*, e tornara-se reformador. Dessa forma, identificou a defasagem entre a teoria (revolucionária) e a prática (reformista).

Bernstein acusou o partido de cair no utopismo, porque permitia que prevalecesse a crença de que a conquista do poder pelo proletariado resolveria, em pouco tempo, todos os problemas sociais; e, criticou-o por conceber as reformas apenas como medidas paliativas. Ele considerava evidente a falência da tese marxista de contínua proletarização da classe média

e empobrecimento dos trabalhadores. A realidade mostrava que a situação da classe operária estava melhorando e que a classe média estava se multiplicando, inclusive com a participação de setores do proletariado. Assim, em vez de acentuarem-se as contradições entre as classes, estaria ocorrendo o inverso. Portanto, a previsibilidade de uma crise catastrófica que opusesse a imensa maioria da população a um pequeno grupo de capitalistas estava descartada.

Bernstein partia da prática do partido - no sentido de restabelecer a sua unidade com a teoria. Para ele o revisionismo era a “teoria de uma prática”, cuja expressão concreta era o reformismo. Assim, ele procurava desvencilhar-se da pecha de oportunista. Sua definição do revisionismo deixa evidentes seus objetivos:

“A palavra indica somente a necessidade ou o desejo de modificações sem definir de maneira precisa tais modificações. Simplesmente sua orientação está fora de qualquer dúvida:

revisionismo significa aperfeiçoamento da teoria e da prática social-democrata em sentido evolucionista”.¹

Bernstein diferenciava a democracia da ditadura do proletariado, priorizando a forma parlamentar de governo e o Estado de direito democrático. Para ele, a social-democracia não almejava proletarizar a sociedade, mas elevar os proletários à condição de cidadãos, isto é, “generalizar o sistema civil (Burgertum) ou a condição de cidadão (Burgersein)”.²

As teses de Bernstein foram discutidas em outubro de 1899, no Congresso de Hanover, que aprovou uma resolução contra elas. Dois anos depois, no Congresso de Lubeck, voltaram a ser debatidas e novamente rechaçadas. Em ambos os congressos, foi Bebel quem apresentou a moção contrária a Bernstein. Mas, a recusa das suas teses não representava um voto de desconfiança. Ele acatou a decisão sem, contudo, abandoná-las. Sem ser expulso ele foi eleito para o parlamento, até mesmo com a ajuda de seus críticos. Mesmo quando censurado, ele não sofreu o estigma de renegado ou traidor.

Vários fatores explicam essa tolerância ideológica. Em primeiro lugar, naquela época a polêmica instaurada não antagonizava diretamente com a prática social-democrata e, neste sentido, era irrelevante. Por outro lado, havia o reconhecimento implícito da existência de uma base partidária favorável ao

reformismo e a legitimidade da crítica bersteiniana. A prática “realista” da social-democracia encontrava eco na teoria desenvolvida por ele – apesar das profundas divergências doutrinárias.

A tática adotada exigia garantias de que o caminho rumo ao socialismo não sofreria interrupções (a unidade deveria ser assegurada para a conquista da maioria parlamentar). Neste processo, Kautsky e o grupo parlamentar tiveram um papel destacado. Também devemos considerar o reconhecimento que Bernstein desfrutava no interior do partido: ele dirigia o *Sozialdemokrat* – tão importante quanto a *Neue Zeit* – e fazia parte do seletivo grupo de líderes que, ao lado de Engels e Kautsky, compunham a elite partidária. Além disso, o caráter de massas do partido e o progressivo desenvolvimento do processo de burocratização, amparado numa massa de funcionários sindicais e partidários, favoreciam-no.

A consequência política dessas teses foi o desenvolvimento de uma teoria que concebia o socialismo como resultante de um processo gradual de acumulação de mudanças sociais executadas ainda no âmbito do sistema capitalista. A revolução passava a ser concebida como um processo evolutivo, onde o desenvolvimento da sociedade capitalista impunha uma ação social que provocaria rupturas cumulativas, as quais, gradualmente proporcionariam a transição do capitalismo ao socialismo.

Rosa Luxemburgo: Reforma Social e Revolução

A publicação dos artigos de Bernstein suscitou um dos momentos mais ricos na história do movimento socialista. Numa época em que a imprensa, e não as armas, ainda era o principal meio para debater as diferenças ideológicas, seus críticos lançaram-se às penas. Rosa

¹ Apud Erich MATTHIAS, “Kautsky e o kautskismo”, 1988, p.48. O objetivo de “aperfeiçoar” a social-democracia percorre caminhos tortuosos criticados historicamente pelos revolucionários. Contudo, a simples reafirmação da ortodoxia não dá conta da complexidade das questões levantadas por Bernstein em relação à prática real da social-democracia neste período.

² Apud FETTSCHER, 1982, p.283.

Luxemburgo tomou a dianteira: de 21 de setembro a 28 de outubro de 1898, publicou no *Leipziger Volkszeitung* os artigos “*Reforma Social ou Revolução*”. Por um caminho à esquerda, buscava restabelecer a unidade entre teoria e prática.

Sua crítica rejeitava qualquer contraposição rígida entre reforma e revolução e dava ênfase ao nexo existente entre ambas:

“Reforma social ou revolução? Pode, portanto, a social democracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor a revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a social-democracia lutar dia-a-dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim” (LUXEMBURGO, 1986: 23).

O erro de Bernstein não consistia em defender as reformas, mas no fato dele realizar uma inversão na relação desta com a revolução. O objetivo final era negado: a reforma, de “simples meio da luta de classes”, transformava-se no “seu fim último”. Para Rosa, “o próprio Bernstein exprimiu essas opiniões da maneira mais transparente e mais característica ao escrever: “O objetivo final, qualquer que seja, não é nada; o movimento é tudo”. (Id., pp. 23-24)

Bernstein negava a possibilidade de “uma crise geral e catastrófica” do

sistema capitalista; negava a análise marxista de que “o regime capitalista fará nascer de si próprio, a partir das suas contradições internas, o momento em que seu equilíbrio será rompido e onde se tornará propriamente impossível”. Ele acreditava que certos “fatores de adaptação” como “as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos, etc., anulam as contradições do capitalismo” e o salva da ruína. Por isso, não era uma determinada forma de desenvolvimento que ele recusava, mas “o próprio desmoronamento” do sistema. Rosa mostrava, enfim, que os “fatores de adaptação” não anulavam a luta de classes e muito menos as contradições do capitalismo. (Id., pp. 28-31)

No aspecto político, mais precisamente na questão da democracia e do Estado, a crítica revolucionária de Luxemburgo era sagaz. Ela foi além da afirmação principista e do “lugar comum” de que o Estado é um Estado de classe. Para ela, era necessário compreender essa afirmação não de forma “absoluta e rígida, mas na acepção dialética, como tudo o que se relaciona com a sociedade capitalista”. (Id., p. 55) A perspectiva seria a fusão do Estado com a sociedade e a transferência de suas funções para esta.

Rosa partia da evidência de que o desenvolvimento capitalista modificara profundamente o caráter do Estado e ampliava constantemente a sua esfera de ação, o que lhe impunha novas funções, particularmente no campo econômico, onde se tornava cada vez mais necessário a sua intervenção e controle.

Porém, o desenvolvimento capitalista transformara a natureza do Estado. Embora este ainda fosse a “organização da classe capitalista dominante”, ele poderia assumir, em determinados momentos, funções de interesse geral.

Isto podia ocorrer apenas “na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social” coincidisse “com os interesses da classe dominante”, alertava Luxemburgo. (Id., pp. 55-56)

Assim, a capacidade do Estado capitalista em assimilar reformas é determinada por essa coincidência circunstancial de interesses. Rosa cita como exemplo a legislação de proteção social, a qual corresponde igualmente ao interesse imediato da burguesia e aos da sociedade em geral. Mas, quando essa evolução atingir um determinado grau, “os interesses de classe da burguesia e dos progressos econômicos começam a cindir-se”.(id.) Luxemburgo avaliava que esta fase já se iniciara. A política alfandegária e o militarismo já presente na sociedade alemã demonstravam-no.

A concepção de Estado em Bernstein estava indissolúvelmente ligada à sua concepção de democracia. Nele, a democracia perdia o conteúdo de classe, não havia qualquer mediação. Reduzida ao quadro do regime burguês, a democracia era alçada a uma posição estrategicamente superior. O socialismo aparecia então como resultante do desenvolvimento pacífico e ininterrupto da democracia e das instituições burguesas. A classe operária deveria submeter seu objetivo final fundamental à sua defesa e garantia.

Fazendo eco ao liberalismo, Bernstein incluiu-se entre aqueles que reduzem a luta pelo socialismo à defesa do Estado de direito burguês; dos que acreditam na transformação social através da conquista de maiorias parlamentares e da hegemonia nas instituições burguesas; dos que se limitam ao objetivo de alargar a democracia.

Mais uma vez, os valores estavam invertidos. Como afirmou Rosa:

“Não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas pelo contrário, é a democracia que se encontra ligada ao movimento socialista. Quem desejar o reforço da democracia desejará o reforço e não o enfraquecimento do movimento socialista; renunciar à luta pelo socialismo é renunciar simultaneamente ao movimento operário e à própria democracia”. (Id., p. 97)

A teoria da adaptação de Bernstein tinha um fundamento empirista que perdia de vista a totalidade do sistema. Ao contrapor-se a ele, reafirmando a tese do colapso, Rosa Luxemburgo aproximava-se do determinismo ortodoxo de Kautsky. Neste momento, a defesa do marxismo exigia o resgate doutrinário de Marx. Ademais, é preciso ter claro que esse determinismo econômico é a teoria predominante na II Internacional e que ela faz parte desta vertente.

Porém, como afirma Loureiro, esse marxismo ortodoxo – que tinha Kautsky como seu maior expoente - expressa “uma tentativa puramente ideológica de teóricos prisioneiros de uma doutrina já totalmente abstrata naquelas circunstâncias históricas”. Esta autora observa apropriadamente que Luxemburgo não se pretendeu “guardiã da ortodoxia” e logo percebeu “sua função meramente ideológica de preservação de princípios teóricos sem qualquer correspondência com a prática” (LOUREIRO,1995: 27-28).³ É

³ Neste texto esclarecedor e primoroso, a autora discute mais profundamente as críticas a Rosa Luxemburgo quanto ao suposto fatalismo histórico e o espontaneísmo, e procura responder às indagações quanto às causas da derrota dos revolucionários na Alemanha.

na afirmação enfática da prática enquanto ação revolucionária que Rosa distancia-se da ortodoxia e do revisionismo.

Desde o primeiro momento, Rosa assimilou a essência do revisionismo. Para ela, o que estava em jogo não era apenas o método ou a tática de luta, mas, a própria existência da social-democracia revolucionária. Ela percebeu que Bernstein expressava teoricamente uma tendência real do movimento operário. Mas, otimista, acreditava que o élan revolucionário do proletariado seria recuperado.

Kautsky: entre a Reforma e a Revolução

Em 1899, Bernstein estava convencido de que o SPD era, na prática, um partido reformista: “Mas o que é hoje a social-democracia, se não um partido que se esforça para conseguir a transformação socialista da sociedade através das reformas democráticas e econômicas?”. (BERNSTEIN, 1964: 165)

Auer, secretário do partido por vários anos e muito influente no interior da organização, respondeu com extremo realismo à questão colocada por Bernstein:

“Meu caro Ede, o que tu pretendes, uma coisa deste tipo, não se delibera, uma coisa semelhante não se diz, uma coisa semelhante se faz. Toda a nossa atividade – até a desenvolvida nos anos da lei infame – era a atividade de um partido social-democrata de reformas. Um partido que leva em conta as massas, não pode de modo algum ser outra coisa”.⁴

Sem dúvida, a estratégia da social-democracia tinha como base os métodos

pacíficos da luta de classes. Reconhecendo a importância das reformas, a social-democracia lutava por elas, concebendo-as como instrumento e meio revolucionário.

O reformista transforma o meio em fim. Na sua concepção, a revolução nada mais é do que a soma de reformas que gradualmente modificam a estrutura econômica e a superestrutura política da sociedade capitalista e realizam a transição indolor ao socialismo. O reformista ignora o caráter de classe da democracia e do Estado e a própria contradição inerente à reforma: o risco de integração ao regime burguês. Na prática, substitui a luta de classes pela colaboração de classes.

Contudo, as questões levantadas por Bernstein sobre a práxis do partido possuía aspectos positivos. De fato, sua estratégia eleitoral o levava a moderar sua ação (para evitar conflitos desnecessários e prematuros) e, ao mesmo tempo, o colocava diante de um dilema: para aumentar seu poder de influência na sociedade e retardar a reação da burguesia ao seu crescimento, ele precisava ampliar sua base eleitoral, ir às outras classes e estabelecer alianças.

Mas, como buscar aliados sem fazer concessões no programa e sem diluir seu caráter de classe? Como estabelecer a conexão necessária entre o imediato (as reformas) e o futuro (a revolução)? Como evitar que a prática reformista suplantasse os princípios revolucionários e, concretamente, integrasse o partido à ordem burguesa?

São questões que se tornariam ainda mais complexas com o crescimento eleitoral do partido e com a necessidade de defender a democracia diante de uma burguesia cada vez mais conservadora e que estavam colocadas para a social-

⁴ Carta a Bernstein, de 13.07.1899. Apud MATTHIAS, op. cit., p.56.

democracia desde a decisão de participar das instituições burguesas.

Antes mesmo da polêmica com o revisionismo, Kautsky enfrentou estes dilemas. No debate com o anarquismo ele combateu a “política de violência” – que teria trazido graves danos ao proletariado – e refutou as críticas de que os socialistas eram “revolucionários de salão”. Contudo, reconheceu que:

“O perigo da situação atual consiste em que corremos o risco de parecer “mais moderados” do que somos. Quanto mais cresce nossa força, mais as questões práticas passam para o primeiro plano, mais necessário é-nos estender nossa propaganda adiante da esfera do proletariado industrial, e mais devemos evitar as provocações inúteis e as ameaças vãs. Logo, é muito difícil não extralimitar-se, fazer plena justiça ao presente sem perder o futuro, evitar toda provocação e, contudo, fazer sentir a todos que somos um partido de luta, de luta irreconciliável contra toda a ordem social” (KAUTSKY, 1979: 51).

Kautsky, já em 1893, reconhecia explicitamente que a opção estratégica da social-democracia poderia fazê-la parecer mais moderada, ou seja, reformista. Sua preocupação efetivou-se na França, onde uma fração dos socialistas aceitou participar do governo burguês. A lição que Kautsky tirou deste episódio levou-o a combater tanto o “ministerialismo” quanto o anarquismo. Numa defesa intransigente do caráter revolucionário do partido, afirmou: “Nem revolução nem legalidade a qualquer preço” (Id., p.39).

Contra Bernstein, Kautsky reafirmou as posições da época de Engels. Para ele, o partido deveria continuar levantando a bandeira do socialismo, pela abolição da propriedade privada e sem limitar-se às

reformas. O partido deveria ser pela revolução social. Em sua concepção, a estratégia de “acumulação” e do “caminho legal”, se não estivesse diretamente ligada a uma política revolucionária, se tornaria mera colaboração de classes:

“Um socialista não pode abrigar a ilusão da reconciliação das classes e na paz social, e é socialista justamente porque sabe que não é a quimera da reconciliação das classes, mas sua supressão, o que estabelece a paz social. Porém, se não tem fé na revolução, não lhe resta mais que aguardar do progresso econômico a supressão pacífica e sem dor das classes, pelo crescimento em número e força da classe operária, até que absorva pouco a pouco as outras” (Id., p.20).⁵

Essas palavras são de 1909. O combate teórico às teses revisionistas parecia então concluído. Tais frases reafirmavam o discurso revolucionário oficializado pelo partido no percurso desta polêmica. Seis anos antes, o Congresso de Dresden havia condenado de forma categórica o revisionismo por este pretender “modificar a tática vitoriosa” seguida pelo partido, baseada na luta de classes e com o objetivo de conquistar o poder político. A consequência do revisionismo seria a conversão do partido revolucionário “em um partido que se contenta em reformar a sociedade burguesa”.⁶

⁵ Matthias (1988, p. 50) observa que Kautsky “guardou para si uma via de escape, reconhecendo prudentemente já em 1900”, que o problema da coalizão era uma questão tática e não de princípios. A impossibilidade de coalizão com partidos burgueses era improvável, naquela época, não porque a fraseologia dogmática fosse um empecilho, mas porque não havia uma “grande esquerda burguesa” disposta a fazer alianças.

⁶ Apud Fetscher, op. cit., p. 286.

As condenações oficiais ao revisionismo conseguiram manter intactos os dogmas e princípios mas não foram capazes de evitar sua crescente influência na atuação do partido. Se, de um lado, a trajetória parecia confirmar a tese da “ascensão ininterrupta” e da “vitória inevitável do socialismo” – apesar dos abalos de 1907; de outro, a prática teimava em manter-se nos marcos do reformismo, confirmando a teoria de Bernstein. A estratégia kautskiana e seu “determinismo” revolucionário acabavam por atuar como fatores contributivos ao reformismo. Cada vez mais, o perigo previsto parecia confirmar-se.

A fraseologia revolucionária garantia os princípios e colocavam na penumbra a base comum existente entre Kautsky e Bernstein, representantes de uma geração formada em tempos de paz e de ascensão econômica do capitalismo. Como salienta Matthias, ambos estavam em contradição com o marxismo da época de Marx, caracterizado pela unidade dialética da teoria com a prática. Ambos estavam limitados por “convicções políticas democrático-liberais” e por “uma visão evolucionista de mundo”. (MATTHIAS, 1988: p.50)

A polêmica desta época não tocou nestas questões e eles, tão logo cessou a discussão, se reaproximaram. Suas posições ideológicas, ainda segundo Matthias,

“não são outra coisa que momentos de um mesmo processo de revisão, que já começa no início da recepção do marxismo durante o período da lei anti-socialista e avança a partir do cripto-revisionismo do Programa de Erfurt até o revisionismo aberto, que na ideologia oficial do partido e também em Kautsky afirma-se somente durante a República de Weimar, ainda que tampouco então

se tenha conseguido preencher o abismo entre ideologia e prática” (Id).

Neste período, o chamado revisionismo kautskiano não é consciente nem perceptível. No momento do “*Bernstein-Debatte*”, Kautsky e a direção majoritária, eram revolucionários na acepção do termo. No plano teórico promoveram a derrota da tendência revisionista. Não se deve, portanto, reduzir os problemas enfrentados pela social-democracia à generalização do pensamento teórico dos seus líderes, inclusive Kautsky. O dilema do SPD era maior do que os indivíduos e as conjunturas isoladas historicamente.⁷

Em certo sentido, o SPD foi vítima da sua própria prática, isto é, do êxito eleitoral. A base de massas que conquistou neste campo, ao mesmo tempo em que o tornou poderoso e deu-lhe perspectivas de ganhar a maioria parlamentar, reforçou o reformismo e comprometeu a independência de classe. Diante da necessidade de manter e ampliar o eleitorado, ele foi motivado a implementar alianças, a fazer concessões e a não atacar os setores da sociedade que poderiam prestar-lhe apoio.

Nestas condições, pouco a pouco a legalidade passou a ser determinante e o partido negligenciou a possibilidade de atuar na ilegalidade. Tudo era feito para

⁷ Eis o erro de Matthias, apontado por Procacci – o que não invalida as suas observações críticas. A unilateralidade dos esquemas pré-concebidos não leva em conta as contribuições positivas de Kautsky e sua geração – inclusive Bernstein. Ao analisar a intervenção teórica e prática destes interlocutores é importante ter claro que “seus limites são os limites históricos de uma geração e não os limites individuais de um homem”. In: PROCACCIO, Guiliano. *Introdução a A Questão agrária de Karl Kautsky*, p. 98-99.

garantir a ordem institucional. Se ao nível da teoria o partido permanecia revolucionário, na atuação concreta e em relação aos objetivos imediatos, ele tornava-se cada vez mais moderado. A afirmação da profissão de fé no marxismo mostrava-se incapaz de conter o reformismo.

Referências

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

FETSCHER, Iring. *Bernstein e o desafio à ortodoxia*. In: HOBSBAWM, Eric (org.) **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, vol. 2, pp. 257-298.

KAUTSKY, Karl. **O Caminho do Poder**. São Paulo: Hucitec, 1979.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Editora da UNESP, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MATTHIAS, Erich. *Kautsky e o kautskismo*. In: MATTICK, Paul [et alii] **Karl Kautsky e o Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988 (Coleção Estudos Marxistas).

PROCACCIO, Guiliano. *Introdução a A Questão agrária de Karl Kautsky*. In: MATTICK, Paul et alii. **Karl Kautsky e o Marxismo**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988 (Coleção Estudos Marxistas).

* Publicado em **Partido de massas e Partido de quadros: a Social-Democracia e o PT**, p. 72-85, (São Paulo: CPV, 1996).

** **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor do Departamento de Ciências Sociais (UEM) e autor de **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)** (São Paulo: Proposta Editorial, 1987) e **Partido de massas e partido de quadros: a Social-Democracia e o PT** (São Paulo: CPV, 1996). Blog: <http://antoniozai.wordpress.com>; Email: aosilva@uem.br